

22/01/2026 09:30:30 - AGRO NEWS

## ARTIGO/RODRIGO LIMA: DESAFIOS SISTÊMICOS PARA O AGRO NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO



Em meio a intensificação das turbulências geopolíticas que asseveram posturas protecionistas, da assinatura do Acordo UE-Mercosul, da salvaguarda chinesa para a carne e o possível fim da Moratória da Soja, o propósito deste primeiro artigo de 2026 é explorar desafios sistêmicos para a agropecuária brasileira no longo prazo.

As exportações da agropecuária chegaram a US\$ 169 bilhões em 2025, um novo recorde, 3% acima do ano anterior, com um superávit de US\$ 149 bilhões, o que ressalta a relevância do setor para a balança comercial e o desenvolvimento do país. No entanto, esperar que ano a ano a produção e as exportações cresçam depende de diversos fatores.

As exportações de soja alcançaram 108,68 milhões de toneladas em 2025, 11,7% a mais do que o volume exportado em 2024. A China representou 80% do total exportado. A China também foi o maior importador de carne bovina, absorvendo 1,5 milhão de toneladas ou 48% do volume exportado.

Há 10 anos atrás, as exportações de carne para a China eram quase 10 vezes menores, na casa de 164,8 mil toneladas. É evidente que o crescimento da demanda chinesa e a competitividade da pecuária brasileira explicam o incremento substancial das exportações. A salvaguarda à carne bovina anunciada em dezembro, limitando as compras a uma cota de 1,1 milhão de toneladas, com uma tarifa adicional de 55% ao volume que exceder a cota, deve trazer impactos enormes, o que gera uma intensa apreensão.

Nas exportações de carne suína, a China, que era a maior importadora, comprou 18% do volume exportado (241 mil toneladas) em 2025, perdendo em volume para as Filipinas (254 mil toneladas). A China é o maior consumidor e produtor de carne de porco. Nos últimos quatro anos, especialmente depois dos casos de peste suína africana, entre 2018 a 2022, a China fez mudanças estruturais para incrementar o controle sanitário e aumentar a produção.

22/Jan/2026 12:10

Até 2017 a Rússia era o maior importador de carne suína brasileira, mas com aprimoramentos que permitiram ampliar a produção e a imposição de restrições sanitárias, reduziram as importações e não são mais um importante parceiro comercial. A diversificação dos parceiros comerciais foi central para o fortalecimento da cadeia de suínos no Brasil.

A dependência que algumas cadeias produtivas têm com a China é um sinal de alerta que não pode ser menosprezado. Aprofundar as relações comerciais com a China é natural, mas exige diversificar a pauta exportadora, agregar valor e estabelecer relações de parceria com o mercado chinês, o que exige compreender a cultura, presença local, conhecer as dinâmicas do mercado, o funcionamento das vendas via *live streaming* e *darkstores*, rastreabilidade, as tendências plant-based, proteínas de alto valor com certificação e bem-estar animal.

O caso da campanha promovida pela Luckin Coffee para divulgar o café brasileiro nas mais de 30 mil lojas da marca na China é um exemplo notório de que é preciso aprofundar as relações com os compradores, não basta enviar produtos.

A integração comercial via acordos de livre comércio, como é o caso do Acordo União Europeia e Mercosul, é uma brecha preocupante. Na medida em que nesses acordos os parceiros estabelecem preferências comerciais (redução ou eliminação de tarifas, cotas, regras sobre salvaguardas, acordos sanitários, regras sobre propriedade intelectual, investimentos, dentre outros temas) e definem foros especializados para tratar dos diversos temas do acordo, quem ficar de fora de acordos regionais relevantes tenderá, cada vez mais, a fragilizar a posição de importantes cadeias exportadoras.

Muito embora as cotas para a agropecuária brasileira no Acordo UE-Mercosul sejam pequenas, abrem um espaço privilegiado e, sobretudo, criam instâncias de alto nível para tratar de questões sanitárias e, especialmente, ambientais. Além disso, se a Corte de Justiça Europeia não enterrar de vez o acordo, depois do novo movimento do Parlamento Europeu, Mercosul e UE terão um mercado de 700 milhões de pessoas em um momento geopolítico que exige aprofundar relações comerciais com parceiros estratégicos.

O Brasil e o Mercosul precisam adensar suas relações via acordos regionais. Isso toma tempo, exige longas negociações e concessões que nem sempre trazem ganhos efetivos para certos setores. A escalada do protecionismo sugere que quem não tiver preferências e regras comuns tenderá competir em condições muito piores.

Há uma série de acordos regionais que merecem atenção: o potencial Acordo UE-Estados Unidos deve ficar suspenso até que as relações geopolíticas se estabilizem. Mas é válido citar o China-ASEAN Free Trade Area 3.0, o Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), os acordos da Índia com Reino Unido e Nova Zelândia, e as negociações para fechar um acordo com a UE, os recentes acordos dos Estados Unidos com Vietnã e Indonésia, dentre diversos outros acordos bilaterais ou Regionais.

As negociações entre Mercosul e Canadá podem abrir oportunidades muito atraentes para a agropecuária brasileira, incluindo acesso a fertilizantes que são essenciais para a agricultura tropical.

Muito mais do que conseguir cotas para alguns produtos e redução tarifária, acordos dessa natureza estabelecem relações profundas e canais diretos para solucionar controvérsias e problemas de natureza sanitária, ambiental, propriedade intelectual, investimentos, dentre outros assuntos. É passado da hora de o Brasil ampliar sua rede de acordos comerciais, criando oportunidades para agropecuária, fortalecendo espaço para a indústria e aprimorando relações nos campos de serviços, tecnologia, cooperação, dentre outros setores.

Partindo dos acordos de comércio é premente tratar da agenda ambiental associada às cadeias produtivas, tema inclusive regulado na nova série de acordos regionais de comércio, o que é um diferencial diante das lacunas que existem sobre o tema na Organização Mundial do Comércio.

É inegável que a agropecuária tropical brasileira evoluiu imensamente nas últimas três décadas, e graças ao uso de tecnologias consegue chegar a mais de 200 países. A agricultura tropical tem um diferencial enorme quando se trata de carbono e biodiversidade, que é a conservação de vegetação nativa exigida pelo Código Florestal. Mas é preciso avançar enormemente no controle do desmatamento, permitindo separar a conversão ilegal da legal, e fomentar a caracterização das áreas desmatadas por categoria fundiária.

No mundo do comércio internacional, o desmatamento no Brasil é causado pela expansão agropecuária. É mais simples do que tentar entender a complexidade das causas do desmatamento, especialmente na Amazônia.

É urgente evoluir na avaliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que permitirá ser um instrumento de transparência ambiental que pode agregar valor às cadeias produtivas do agro brasileiro. Sem isso, os setores tenderão ficar a mercê de soluções privadas e do escrutínio feito por organizações não governamentais que acabam cruzando dados e informações visto que os órgãos públicos não conseguem evoluir a contento.

A questão do desmatamento não pode passar despercebida quando se trata da força do Brasil no mercado internacional. Transparência em relação ao uso da terra e desmatamento não é uma exigência puramente dos países europeus. Qualquer movimento que um parceiro comercial faça nessa área pode causar prejuízos enormes para agricultura brasileira e não adiantará argumentar que nenhum país tem uma regra tão rígida quanto o Código Florestal. Evoluir na implementação do Código pode abrir oportunidades interessantes. Deixar de implementá-lo tenderá a gerar consequências desastrosas.

O Brasil tem nas mãos ativos que são extremamente relevantes no tabuleiro geopolítico. Alimentos saudáveis, com preços competitivos e estabilidade na produção, potencial latente para ampliar fontes renováveis de energia, visando a exportação de combustíveis sustentáveis de aviação, biocombustíveis marítimos e hidrogênio verde, por exemplo. Esses dois ativos - alimentos e energias renováveis, somados ao valor do capital natural, da bioeconomia, das reservas de minerais críticos e dos estoques de água, fortalecem o Brasil como um provedor seguro e confiável.

É prudente evoluir para aprofundar as relações comerciais e ampliar a pauta exportadora, com regras preferenciais que reduzam assimetrias e riscos em um mundo que tenderá a ser cada vez mais protecionista. Catalisar o fortalecimento das relações comerciais com uma visão sistêmica de longo prazo pode ser amplamente benéfico.

*Rodrigo C. A. Lima é sócio-diretor da Agroicone. Advogado, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui 21 anos de experiência em comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário e de energias renováveis*

*Os artigos publicados no **Broadcast** expressam as opiniões e visões de seus autores*